



ENSINO REMOTO EMERGENCIAL – O FACILITADOR DAS AÇÕES EMPRESARIAIS NO SETOR EDUCACIONAL E A SUPRESSÃO DA AUTONOMIA DO PROFESSOR

Claudia Melatti ¹
Juliana Carvalho Cardoso ²

RESUMO

A Pandemia trouxe uma aceleração no uso das plataformas digitais por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE), o que facilitou a parceria público/privado e sua atuação no campo educacional. O objetivo deste estudo é identificar quais são os impactos gerados pelas intervenções diretas das políticas educacionais na educação básica e como isso afeta a autonomia do professor. Para realizar o levantamento dessas possíveis interferências digitais foi escolhida a Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED, por ser órgão que vem atuando incisivamente na implantação dessas novas tecnologias. O caminho metodológico percorreu duas frentes de análise, as ações publicadas no Google Classroom e no Registro de classe online - RCO 2.0. A fim de somar com a pesquisa, o estudo se sustentou na produção de relato e nas experiências dos professores pesquisadores. Concluímos que o professor, em seu exercício de docência, está perdendo a autonomia frente aos materiais digitais que são inseridos na sua rotina em sala de aula. A padronização dos conteúdos por meio das aulas prontas assim como o próprio currículo e o planejamento, faz como que o ato de ser professor seja dispensável, uma vez que ele passa a ser reproduzidor de conteúdos e a qualquer tempo possa ser substituído por um executor com o “notório saber” ou a própria inteligência artificial. Em um ato de coragem, precisamos resistir para não deixarmos de existir.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial, Plataformas Digitais, Ensino de Geografia, Autonomia.

ABSTRACT

The pandemic brought an acceleration to use the digital platforms in Emergency Remote Education, it turns easier the public/private partner and this partnership in Educational field. The point of this study is identify the impacts of Educational policies in the basic education and how it affect the teacher's autonomy. To study the interferences from digital Educational possible, it was chosen “The Secretaria de Educação do Estado do PR - SEED”, because this institution acts strongly for using this new technologies. The methodology went through two lines to analysis, the actions published in “Google Classroom” and class registry on internet RCO 2.0. To add with this research, this study observed in the speeches and in the experiences of teacher's research. The conclusion of this study is that educators are losing their autonomy for digital supplies. The standardization of the subjects using classes already made for other teachers,

¹Professora da Educação Básica na rede estadual de ensino e doutoranda da Linha de Ensino de Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: melatticlaudia@gmail.com.

²Bolsista Capes. Doutoranda da Linha de Ensino de Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: juliana.cardoso@ufrgs.br.



thusthe teacher himself turn the act of teaching useless. They reproduce the subjects being easily replaced by artificial intelligence. In an act of courage, we need to resist for we do not exist anymore.

Keywords: Emergency Remote Education, Digital Platforms, Geography Teaching, Autonomy.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 estreou e sequer imaginávamos que aprofundaríamos ainda mais as transformações e as desigualdades do mundo contemporâneo. A pandemia que se alastrou por meio de um vírus, o SARS-CoV-2, que percorre até os cantos mais remotos do planeta, obrigou-nos a adaptações das mais variadas para a sobrevivência. Uma pandemia global que alterou a vida em escala planetária. Perante essa tormenta, todos fomos “mexidos” de variadas formas e com diferentes intensidades. O momento é singular, as redes de poder permanecem em disputa cada vez mais acirrada nos múltiplos espaços e o mundo perplexo se movimenta na tentativa ao combate da eliminação do vírus.

Diferentes desafios apareceram de repente e, muitos, de difícil assimilação, organização e planejamento a curto prazo como o momento exigia – e continua exigindo. Distintos esforços para conter a aceleração de sua propagação começaram a aparecer, sem muitos regramentos, o que permitiu com que cada localidade tentasse fazer do seu jeito, tornando os espaços ainda mais desiguais. Entre as medidas adotadas, o isolamento social, o fechamento de comércios e serviços considerados “não essenciais”, de escolas – do ensino infantil ao superior-, e as mudanças de hábitos e rotinas de todos nós.

Sob o *slogan* de “o Brasil não pode parar³”, o fechamento parcial de indústrias e a flexibilização no funcionamento de comércios e serviços de formas diferentes nos estados e municípios causaram disputas políticas. A pandemia abalou as economias globais, colocando à centralidade uma disputa desleal pela distribuição por medicamentos, insumos e vacinas. De um lado, as nações ricas, investindo capital em

³Campanha lançada em final de Março de 2020 pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro e adotado, também, por apoiadores e empresários para defender o fim de medidas de isolamento social adotadas pelos governos estaduais e municipais contra a dissiminação do coronavírus. A campanha também defendia que a quarentena deveria restringir-se apenas a população Idosa e a flexibilização no funcionamento das indústrias, comércios e serviços.



pesquisa e desenvolvimento pelas vacinas, mantendo praticamente o monopólio de suas produções, de outro, as economias dependentes, lutando para comprar vacinas, insumos, manter os hospitais em pleno funcionamento mesmo perante a uma iminente catástrofe sanitária e reduzir os impactos econômicos causados pela pandemia.

Com esse panorama de incertezas e de que caminho seguir, a economia é forçada a diminuir seu ritmo, as pessoas são pressionadas a reduzir sua circulação nos espaços públicos e, inclusive, nos privados. A necessidade do fechamento das escolas ao redor do planeta fez com que as escolas migrassem fisicamente e “despreparadamente” para o interior dos lares e levadas a adaptar a continuidade do ano letivo por meio de dispositivos tecnológicos. A velocidade e a intensificação do uso das tecnologias causaram mudanças em todos os setores e nas diferentes áreas, inclusive na educação.

Nessa lógica, um novo arranjo vai se construindo no setor educacional e passaram, então, a avançar as propostas de ensino remoto, viabilizadas pelas tecnologias da informação e comunicação. O ensino remoto emergencial é alavancado às pressas, sem nenhum plano e, muitas vezes, com metodologias falhas por parte dos gestores educacionais pois, além do despreparo para enfrentar tal situação, não houve tempo suficiente para cursos de formação para o ensino remoto emergencial para professores e estudantes. Assim, escolas, professores, estudantes e famílias se viram - e seguem se vendo - forçados a “entrar de sola” no mundo virtual e aprender da maneira mais veloz possível os instrumentos de ensino oferecidos pelas plataformas digitais, grande parte, ligadas às grandes empresas de tecnologia. comunicação. No caso brasileiro, a operacionalização do ensino remoto aprofundou as desigualdades educacionais há muito existentes.

Com pouco (ou quase nenhum) aporte metodológico e tecnológico e com muitas dificuldades em se organizar devido a situação sanitária, os professores se viram absorvidos pelas intervenções direta do Estado, com o “apostilamento⁴” das redes estaduais e municipais, a virtualização e precarização do trabalho dos Professores e a perda gradativa de autonomia em sua prática docente – o que já vinha acontecendo e que passa a se agravar no ano de 2020. No Brasil, as políticas em relação a vacinação da

⁴Os sistemas apostilados de ensino têm início a partir de cursinhos pré-vestibulares que posteriormente vieram a se difundir em material didático para escolas da rede privada, formando os sistemas apostilados, para o Ensino Médio e depois para o Fundamental e Infantil (MILITÃO, 2012).



população seguem a passos lentos e com resistência de uma pequena parcela da população, e o gerenciamento da crise sanitária é campo de disputa política. Com esse panorama adentramos o ano de 2021 com grandes discussões sobre a reabertura das escolas, a volta das aulas presenciais e a implementação do chamado ensino híbrido⁵ perante aos interesses econômicos dos gestores na área da educação e o risco à saúde da comunidade escolar que essa reabertura tende a criar.

Nesse contexto, são muitas as reflexões e incertezas que emergem no campo da educação no cenário pandêmico. Enquanto Professoras pesquisadoras, estamos vivenciando esse momento frágil, obedecendo⁶ as diretrizes impostas, subordinadas a forças de grandes intensidades, em que o saber docente passa a ficar em segundo plano com o professor cada vez mais sem tempo de parar para pensar, criar e planejar para esse momento específico, pois emergiu a necessidade do professor em atender demandas, alimentar as plataformas, reproduzir conteúdo, ser autodidata nas tecnologias de comunicação, criar vídeos de aulas, editar e compartilhar material e, ainda, seguir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sem ter existido uma reflexão profunda sobre essa mudança de currículo em um momento de políticas de extrema direita neoliberal e intervencionista no nosso País.

Nosso interesse neste estudo é identificar quais são os impactos que as ações diretas das políticas educacionais do Estado na educação básica, vinculadas ao ensino remoto emergencial causam em nós, Professores, e como elas afetam a autonomia do trabalho docente via as ferramentas educacionais. Para tal, contamos com a nossa experiência/vivência – enquanto Professoras – e com o aporte teórico e metodológico advindo de nossa incursão acadêmica em tempos pandêmicos – enquanto Pesquisadoras. Cabe ressaltar que é um ato de coragem, persistência e resistência permanecer na Universidade Federal em tempos de ataques às políticas públicas, às

⁵Compreendemos o ensino híbrido como aquele tem como foco a personalização, considerando que os recursos digitais são os meios para que o estudante aprenda, em seu ritmo e tempo, e que possa ter um papel protagonista. Para isso, as experiências desenhadas para o online complementam a aula presencial além de oferecerem possibilidades de interação com os conhecimentos e o desenvolvimento de aprendizagem (BACICH, 2015). Se faz importante explicar nosso entendimento de ensino híbrido, pois em tempos pandêmicos, ele passou a ser confundido com aulas que acontecem no espaço físico da escola e são transmitidas ao vivo para quem está em casa. Esse formato NÃO se inclui na definição de ensino híbrido (BACICH, 2020).

⁶Escolhemos a palavra “obedecer” por estarmos vivendo intensamente um momento nas escolas em que forças políticas nos colocam como sujeitos dependente de um poder/autoridade sem a consulta dos profissionais de educação que somos enquanto Professores sobre *como* fazer no ensino remoto emergencial e no tocante do retorno as aulas presenciais.



investidas contra a ciência e ao conhecimento científico através de *fake news*⁷, intervenções, tráfico de influência e cortes de financiamentos por parte de um governo federal de extrema direita, ultraliberal e negacionista e, concomitantemente, na sala de aula na escola de educação básica. Acreditar e lutar por uma educação pública de qualidade e pela segurança da saúde da comunidade escolar é nosso ato de resistência enquanto Professoras.

O CAMINHO TRILHADO PARA ESTARMOS AQUI

Ao propor realizar um estudo da ação do Estado na educação básica, em que trata de possíveis cerceamentos da prática docente, se faz necessário levar em consideração alguns fatores como as escolhas políticas na conduta da economia no nosso País perante as forças das economias global. Nos últimos 30 anos, o Brasil tem vivenciado o adensamento de reformas estruturais no aparelho de Estado, conduzido pelo ideário neoliberal perante a conjuntura da economia global.

O Brasil, inserido na periferia do sistema capitalista financeiro, se apresenta vinculado às diretrizes globais, entre elas, o processo de redução do Estado em prol dos bens privados. Essa competitividade econômica influencia diretamente na competitividade dos sistemas educativos e é pauta insistente nos últimos relatórios dos organismos internacionais voltados para a educação. Ball (2020, p. 89) afirma que há uma “pressão por um estado menor, mais modesto e limitado, um relaxamento de regulação estatal, e um mercado amplo e mais livre em serviços educacionais”. Muitas ações referentes às políticas educacionais têm sua origem na esfera internacional, com atuação de grandes corporações que almejam abocanhar parcelas do mercado, principalmente em países menos desenvolvidos. Motta (2012) evidencia como o Banco Mundial e a Unesco trabalharam a questão social direcionando a educação à perspectiva de subordinação da economia capitalista. Não é difícil compreender o quanto estamos enredados nesse emaranhado de disputas econômicas nas diferentes escalas.

Estamos vivenciando, de forma desigual, uma superexploração das forças produtivas nos países de capitalismo dependente e esse movimento se reflete diretamente nos projetos educacionais que estão, cada vez mais, orientados para a

⁷“Notícias falsas”. Informações noticiosas que não representam a realidade, mas que são compartilhadas na internet como se fossem verdadeiras, principalmente através das redes sociais.



formação de capital humano, com vistas à inserção subordinada no mundo do trabalho. Para Ball (2020, p. 146), “os problemas arraigados de desenvolvimento educacional e de qualidade de ensino e acesso já estão sendo abordados pelo envolvimento de empreendimentos sociais e edu-businesses na prestação de serviços educacionais, privadamente e em nome do Estado”. É o Estado atrelado com o empresariado, com o aval de organismos internacionais que orientam como a educação deve ser respaldada pelo avanço de propostas educacionais que seguem a tendência de massificação dos sujeitos como força de trabalho.

O ambiente virtual, por meio das plataformas digitais, indica a presença do vínculo entre o Estado e o privado ao disponibilizar ferramentas educacionais para o processo de ensino-aprendizagem. Embora o uso de ambientes virtuais não seja novo no ensino brasileiro, foi com a pandemia que se acelerou o processo da sua consolidação. A Educação a Distância (EAD) no Brasil tem seu marco legislador com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, quando em seu artigo 80 insere a EAD no sistema educacional, permitindo a proposição de educação a distância em todos os níveis e modalidades (NASCIMENTO; CRUZ, 2021). Além disso, o Art. 1º do Decreto nº 9.057/2017 destaca algumas exigências para a viabilização dessa modalidade educacional:

“[...] a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos” (BRASIL, 2017, p.1).

Enquanto docentes, não é isso que estamos observando acontecer. Ao contrário, estamos presenciando um ataque sistemático ao caráter público da educação brasileira que vem sendo estruturado há décadas e que ganhou força no contexto pandêmico, se intensificando significativamente em 2020 com regulamentações de modalidades alternativas no campo educacional como o Ensino Remoto Emergencial (ERE) que visam “autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor” (BRASIL, 2020) como forma de continuidade do ano letivo, da aprendizagem e do trabalho docente que perpassa desde a educação básica à educação superior



Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em continuum o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de “ciclo emergencial”, ao abrigo do artigo 23, caput, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (BRASIL, 2020, p. 4).

Corroborando com nossos estudos Frigotto (2011, p. 240) que nos atenta para o fato de que “a Educação não é mais um direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil”. A partir desse cenário emerge uma precarização de novo tipo do trabalho docente nas redes públicas de educação básica, em meio às transformações do campo educacional, influenciando decisivamente o processo de financeirização da educação básica, cujas estratégias tem validado o aumento da precarização e superexploração do trabalho docente (SILVA, 2020). E, se antes mesmo dos tempos pandêmicos já estava em curso a precarização do trabalho dos professores, a regulamentação do ERE como alternativa educacional fez com que o trabalho docente remoto (domiciliar) trouxesse à tona incontestáveis desafios para essa categoria intensificando, ainda mais, a precarização destes trabalhadores.

É importante reconhecer que grande parte dos estudantes das escolas públicas não possui acesso a computadores e internet de banda larga e essa é uma questão de tamanha relevância que merece um estudo mais demorado e aprofundado. Sob a justificativa de manter as escolas “dando conta” do aprendizado, o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomendaram que em países de renda média e baixa – onde o índice de acesso à internet por parte dos estudantes das escolas públicas é considerado um “problema” - que os sistemas educacionais devam desenvolver alternativas de “entrega de conteúdos” de acordo com as especificidades dos estudantes, podendo mesclar o uso de televisão, rádio, materiais impressos, envio de mensagens por SMS, uso de aplicativos educacionais e outros produtos, em parcerias com empresas de tecnologias educacionais e de telecomunicações (COLEMARX, 2020).

Dentre todas as alternativas de entrega de conteúdo indicada pelos organismos internacionais, nos interessou focar nosso olhar sob plataformas digitais, entre elas o



*Classroom*⁸ (via Google) pois, foi através dela que se deu nosso “vivenciar a escola” no ano de 2020 e 2021. Em meio a tantos desafios, urgências e reflexões que surgiram com o acesso (e não acesso) e uso das plataformas por parte dos docentes e estudantes, nos sentimos atraídas a pesquisar a supressão da autonomia do Professor e a crescente precarização desta classe trabalhadora por entendermos que foi uma das faces deste contexto que atropelou nosso fazer docente e “rasgou” nossa vida como um todo.

É esse tipo de plataforma que compreendemos ser mais um viés em direção a ações da redução do Estado perante o capital privado que regulam os investimentos e os recursos que, por sua vez, se apropriam desses recursos dentro de um Estado como campo de disputas. É a manutenção dos interesses do grande capital. O que tem a educação de tão importante nessa estrutura que é o Estado? A importância de se pensar como as plataformas digitais com viés “para educação” que estão sendo adotadas pelos gestores e escolas, como estão sendo operacionalizadas por professores e estudantes e como as linguagens trazidas por elas interferem ou auxiliam na produção do saber, modelando nossas formas de ser, viver e pensar se faz preciso. Precisamos pensar nas implicações de suas escolhas:

Penso que o que nos é oferecido, como professores, é o falso poder de sermos utilizadores instrumentais das tecnologias, e não detentores e definidores dos seus usos. Simplesmente, porque há uma relação de poder que não está explícita, quando observamos a invasão do campo educacional por grandes empresas que oferecem plataformas educacionais” (GIORDANI, 2018, p.124).

As plataformas e as ferramentas educacionais adotadas são, em grande parte, de grandes empresas de tecnologias estrangeiras cujas leis de acesso aos dados produzidos por seus usuários não estão nada claras nesse novo-velho mundo digital, oferecendo riscos à segurança de dados e “abrindo as janelas” para que a inteligência artificial fiscalize nossas vidas, nos colocando sob constante vigilância e transformando nossos dados e pesquisas em potenciais vias de consumo. A vigilância para o consumismo se faz, também, uma forma de organização e controle na vida contemporânea. Baumann (2008) chama atenção para as transformações nas formas de consumir, não só produtos

⁸O *Google Classroom* é uma plataforma gratuita projetada pela empresa Google que visa o Ensino à Distância (EaD). Conhecido no Brasil como *Google Sala de Aula*, ele pode ser acessado de qualquer computador, smartphone ou tablet que possua conexão com internet com intuito de auxiliar professores e alunos a se comunicarem e pode ser usado para organizar e gerenciar tarefas.



como cultura, informações e comportamentos cada vez mais padronizados. Nesta sociedade, os indivíduos são, ao mesmo tempo, consumidoras e mercadorias. Neste contexto, o autor chama a atenção para a invasão e colonização da vida humana por visões de um mundo e de padrões de viver e de condutas inspirados e modelados pelo controle de mercado.

Estariam as plataformas educacionais de grandes empresas internacionais sendo utilizadas neste momento de ensino remoto emergencial (ERE), devido à pandemia, para auxiliar na padronização da educação brasileira e atuando na significativa perda de autonomia por parte dos professores com o aval dos gestores educacionais e, ainda de quebra, aumentando consideravelmente seu mercado consumidor? Há de se refletir, pois estamos diante a uma mecanização do fazer docente e uma maior opressão em relação ao saber docente e sua autonomia. Segundo Giordani (2018, p. 123), “agora as instâncias administrativas estão, mais do que nunca, livres para exercer o poder direto sobre as suas aulas, agora ministradas nas plataformas”.

Uma vez que a sociedade está utilizando plataformas padronizadas no ERE, o consumo das novas tecnologias se faz necessário sob o ponto de vista dos sujeitos, cada vez mais entrelaçados no consumo e no mundo globalizado das informações, fluxos e redes. Mas será que realmente estamos conseguindo visualizar quais são os impactos desta virtualização da escola para o trabalho docente?

Mais uma vez, estamos diante de um processo que reduz os professores a executores de aulas. A novidade é que passam a ser exigidas habilidades tecnológicas, conhecimentos operacionais, para lidar com a nova-velha demanda de cumprir um conteúdo prescrito, uma base curricular, para fazer os alunos se saírem bem em avaliações (GIORDANI, 2018, p.124).

Somando-se a esse cenário, com a escola como campo de disputas em tempos pandêmicos, emerge a urgência de refletirmos sobre o crescente uso das apostilas elaboradas pela Secretaria de Educação e do Esporte do Estado do Paraná – SEED/PR. A inserção desses materiais em formato digital, teve início em 2020 com a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE). No primeiro ano de pandemia, os materiais eram disponibilizados na plataforma do Google Sala de Aula e contavam com videoaulas, *slides* explicativos e exercícios. Os estudantes eram orientados a acessar esses materiais e responder uma atividade obrigatória. No ano de 2021, o apostilamento se manifesta por meio do Registro de Classe Online (RCO 2.0) com o



planejamento anual construído e implementado também pela SEED/PR, sem a participação docente. As aulas inseridas no planejamento online (RCO) apresentam numeração, tema, encaminhamentos metodológicos, videoaulas, materiais explicativos por meio de gráficos, ilustrações, textos e mapas. Além de dispor de exercícios e indicações de vídeos.

A padronização dos conteúdos por meio das aulas prontas assim como o próprio currículo e o planejamento, faz como que o ato de ser professor seja dispensável, uma vez que ele passa a ser reprodutor de conteúdos e atendedor de demandas e a qualquer tempo possa ser substituído por um executor com o “notório saber” ou a própria inteligência artificial. Desta forma, retira-se do professor seu principal ofício que é o saber e o fazer docente. Fica o questionamento: há habilidades para esse tipo de ensino?

Soma-se ainda a questão da diversidade, em que a realidade vivida de cada estudante é única e, assim, o torna diferente do outro. Enquanto docentes temos a clareza e certeza de que o que enriquece uma aula é a pluralidade e não a homogeneidade. Logo, obedecer a BNCC e atrelar a educação à indicadores como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nos parece uma educação dissociada de uma sociedade plural da qual estamos inseridos uma vez que, uma avaliação dependente de variados fatores.

Cabe à Geografia, ciência que tem por excelência a compreensão do espaço em que vivemos, espaço esse que é visto como “uma construção social, um atributo cultural, forma de ver e compreender o mundo” (MARTINS, 2007), proporcionar um espaço para a reflexão sobre o papel da macroeconomia e das forças de conjunturas políticas na educação, a inserção das tecnologias digitais privadas a serviço do Estado, sobre as estruturas escolares, sobre a autonomia docente e um ensino-aprendizagem mais significativo. Estamos frente ao que nos parece ser uma aprendizagem a qualquer custo, em um momento que coletivamente estamos atravessando e que é delicado porque são nossas vidas que estão sendo colocadas em risco. É fácil observarmos que, na realidade, todo o sistema educacional está atravessando densas e significativas reestruturações nos dois últimos anos.

Em meio a tantos desafios e diante deste panorama sanitário singular na sociedade contemporânea, juntamente com essa enxurrada de plataformas educacionais, recursos didáticos digitais, padronização dos conteúdos, perda de autonomia do



professor, surpresas e feitiços tecnológicos, ao estilo de vida globalizado, nos perguntamos: são as tecnologias de comunicação travestidas de educação? E a escola, em qual(ais) rede(s) de poderes encontra-se emaranhada?

A fim de contribuir para as reflexões desta pesquisa (reflexões essas que, pelo o que percebemos, vão seguir existindo, resistindo e reverberando em nossa classe profissional), julgamos ser importante acrescentamos o nosso relato⁹, cuja experiência como professoras em tempos de Ensino Remoto Emergencial (ERE) pode legitimar as nossas discussões:

De uma hora para outra trocaríamos a sala de aula pela sala de casa. Algo novo, pela primeira vez vivenciariamos. Um vírus que outrora era uma epidemia local tornou-se global e a pandemia foi declarada pelos órgãos competentes. Uma tarde na escola e a manhã seguinte trabalhar a partir de casa. Uma “quarentena, apenas quinze dias” disseram. Algo novo, pela primeira vez vivenciariamos. A ordem vinda da Direção das escolas naquele momento era criar atividades para serem enviadas através do e-mail da Coordenação escolar para os e-mails’s dos estudantes. Como seria a devolutiva dos estudantes? Como nos comunicariamos? Como seguiriam as aulas? Todos os estudantes tinham acessos as atividades? Por quanto tempo criaríamos atividades a partir das aulas já ministradas? Dúvidas não faltavam. Aliás, eram elas que nos moviam. Acerto e erro, acerto e erro, acerto e erro. Grupos novos no aplicativo de comunicação: grupo da escola, grupo dos colegas, grupo do grupo. Algo novo, pela primeira vez vivenciariamos. Dúvidas, medos, incertezas, ansiedades. Um pouco mais de uma semana de quarentena – a primeira semana de tantas - e nosso computador pessoal virou de instrumento praticamente exclusivo de trabalho: a regra agora era criar um e-mail institucional para nos comunicar com os estudantes e a partir dele utilizar o Google sala de aula para postar as atividades por nós produzidas e interagir com os estudantes, caso preciso, fora do horário das aulas ministradas de forma síncrona¹⁰ no Google meet¹¹. Algo novo, pela primeira vez vivenciariamos. Saber utilizar as ferramentas digitais tornou-se necessário do dia para a noite. Professores trocavam dúvidas, saberes, incertezas, temores, ansiedades. A formação se deu através de tutoriais no Youtube de forma autodidata e no desespero da adaptação. Nossos lares foram expostos, os ambientes de trabalho ajustados. Aulas deveriam ser gravadas. Tudo o que era dito por nós Professores reverberava nas salas, nos quartos, nas cozinhas e até nos banheiros dos nossos estudantes. Pais, Mães, Avós, Avôs e irmãos muitas vezes nos assistiam ou nos ouviam sem aparecer nas telas. Elogiavam ou reclamavam. Autonomia vigiada é autonomia?! Algo novo, pela primeira vez vivenciariamos. Adaptações, mudanças, readaptações, ansiedades, o “ter que dar conta”, o medo de “não dar conta” e o trabalho exaustivo invadiu nossos lares. Horas e horas e horas de trabalho a mais planejando para esse

⁹Relato está formatado em itálico pra diferenciar de citação de referência autoral.

¹⁰As aulas síncronas são aquelas que acontecem em tempo real. Na educação a distância, isso significa que o professor e o aluno interagem, ao mesmo tempo, em um espaço virtual seja através de salas de conferência ou em transmissões ao vivo.

¹¹Google Meet é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google. É uma plataforma que pode ser sincronizada com os outros serviços do pacote Google como Google Agenda, Google Sala de Aula, Google Drive e seus contatos a partir da sua conta Google.



momento, criando, adaptando, postando, gravando, editando e todos os 'andos' a mais que agregaram ao trabalho remoto docente nesse momento. De semana em semana foram trimestres, de semana em semana foram quase um ano e meio de sessões entre telas na exaustão-conexão estudante-professor (Professora Juliana Carvalho)¹².

O cerceamento da liberdade em sala de aula já estava estabelecido antes de 2020, principalmente com o silenciar do professor nas tomadas de decisões na escola. O que não daria para prever é aceleração dessa privação e o desmantelamento em tempos recordes da educação básica. A Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná - SEED, o que não deve ser diferente dos outros estados brasileiros, em um ato de covardia, indiferença e de interesses escusos, efetua suas atuações no sistema de ensino.

Entre as consequências dessa interferência, destaco a diminuição da atuação do profissional da educação no seu exercício da docência. Por meio da Plataforma Google Escola, através do classroom e sem treinamento, fomos obrigados em tempo recorde a dominar as ferramentas educacionais e garantir o mínimo de aproveitamento do ensino para os estudantes. Se tivéssemos autonomia para realizar o nosso trabalho, talvez os problemas e desafios seriam menores. Porém, a equipe mantenedora inseria na plataforma do classroom diariamente aulas prontas juntamente com exercícios já elaborados. Essas aulas apareciam como se fosse de minha autoria, já que eram lançadas na plataforma com a minha fotografia e meu nome. Em um ato de resistência, ignorava as aulas que estavam disponibilizadas e elaborava as minhas, as quais iam de encontro ao planejamento que havia produzido no início do ano letivo.

Em meio a chuva de mensagens que chegava a todo instante, seja orientações, avisos e aulas prontas, o estudante se via perdido e abarrotado de atividades. Assim como eles, estávamos nós, os professores, sem muito saber o que fazer, estarecidos com a audácia e o desrespeito com os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. As mensagens da SEED com notificação de avisos e aulas pareciam uma sinfonia desafinada, iam penetrando nossas casas e nossas vidas ocasionando estresse e esgotamento mental.

Aprendendo com os colegas, aos poucos ia me familiarizando com a plataforma Google. Sem muito tempo para pensar e me organizar, a SEED exigia mais. De um momento para outro, as aulas disponíveis no classroom não bastavam, era necessário que os professores também agora fizessem os meets, cujo encontros online era obrigatório para professores e estudantes. Como exigir que os estudantes estivessem presentes em aulas do meet se a maioria deles não possuía acesso à internet e aparelhos celulares que pudessem suportar tais aplicativos?

Com uma sobrecarga de atividades para corrigir, instruções das mais variadas e desconstruídas para realizar, sempre com o efeito surpresa e com a imposição do que se tem e como fazer, professores, estudantes e a comunidade escolar como um todo, são levados à exaustão... e assim se finda o ano letivo de 2020.

O primeiro semestre do ano de 2021, devido ao agravamento da pandemia e o número de mortes subirem vertiginosamente no país, as aulas se mantêm no estilo remoto. Os professores são obrigados a realizar os Meets no horário da aula e com um tempo de 40 minutos para cada turma. Caso acontecesse algo que fosse inferior ao tempo estipulado pela SEED, o

¹² Relato gerado a partir de quando estava na condição de professora na Rede de ensino privada do município de Porto Alegre/RS.



professor precisaria justificar com a direção da escola o motivo pelo qual a sua aula findou antes do horário, a fim de evitar a falta e o desconto no seu próprio rendimento.

Sem muito tempo para sair da cadeira desconfortável e do pequeno espaço da minha casa, as horas ali em frente a tela do computador resultaram na aversão aos meets. O silêncio era as vezes quebrado por um estudante mais afoito e comunicativo. Saímos de uma situação anterior de 2020 com salas super lotadas, péssimas condições de trabalho e partimos para um espaço de isolamento. Talvez se pudéssemos ter liberdade para exercer a docência, a fadiga e o adoecimento seriam evitados ou pelo menos amenizados.

A coibição do exercício da docência tem a sua continuidade no ano letivo de 2021. O planejamento anual, aquele elaborado pelo professor, com o intuito pedagógico e político não é mais de sua competência. No Registro de Classe Online (RCO) o planejamento está inserido junto com os conteúdos para cada aula e são acompanhados de atividades. Assim, quando falta um professor ou quando não há professor para determinada turma, é disponibilizado aos estudantes as atividades já elaboradas pela SEED.

Inicia o segundo semestre de 2021 com o modelo híbrido. Parte dos estudantes em casa via Meet, outra parte dos estudantes em sala de aula, via rodízio. Há ainda os estudantes de material impresso e outros que só acessam as atividades do Classroom. O estilo de rodízio durou apenas um mês, a mantenedora busca incessantemente que os estudantes venham presencialmente para a escola, mas se depara com a resistência efetiva das famílias as quais já perderam parentes e amigos e se sentem acuadas e temerosas com o estímulo que lhes é dado para a presença física de seus filhos na escola.

As avaliações institucionais seguem o seu curso, setembro de 2021, outra leva de avaliação institucional promovida pela SEED e dessa vez obrigatoriamente presencial! Talvez por ato de consciência coletiva e preservação da vida, houve revezamento dos estudantes com número de 20 alunos por sala. Mesmo com a obrigatoriedade da presença física e com valor estipulado de até 30 pontos, muitos estudantes não compareceram para a prova (Professora Cláudia Melatti)¹³.

O que presenciamos é que, aos poucos, as funções do professor vão sendo substituídas por ferramentas tecnológicas por meio das plataformas digitais. Será que a profissão de professor está vagando em direção ao processo de extinção? Como resistir a toda essa engrenagem lucrativa que está sendo implementada a fim de realizar a privatização da educação pública? Como criar fissuras nessa imobilidade proposital? De quem é o espaço da sala de aula? O que podemos fazer para frear ou pelo menos manter o nosso direito de exercer a nossa profissão de ser professor?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹³Relato gerado da docência no Colégio Estadual Nilo Peçanha – Londrina/PR.



O caminho metodológico a ser percorrido nesta pesquisa foi analisar quais foram as plataformas digitais e as ferramentas adotadas pelo Estado por meio da Secretaria de Educação e investigar como elas são operacionalizadas a partir de uma relação de poder que não está explícita no campo da educação, a fim de examinar as possíveis intervenções digitais que atuam na perda de autonomia do professor.

Para realizar o levantamento dessas possíveis interferências digitais, foi escolhida a Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED, por ser órgão que vem atuando incisivamente na implantação dessas novas tecnologias e que consequentemente afetam o trabalho docente. Para somar na busca dessas ações diretas do Estado, o referente estudo se apoia na experiência dos professores pesquisadores que elaboraram este estudo.

O percurso de pesquisa foi realizado em duas frentes de análise: leituras, conversas e reflexões que trouxessem embasamento teórico para as Professoras-Pesquisadoras e análise das ações publicadas no *Google Classroom* e no Registro de classe online - RCO 2.0. O levantamento consistiu em apresentar as ferramentas inseridas nas plataformas digitais e verificar o quanto se torna desnecessário o trabalho do professor em suas aulas em ambientes virtuais.

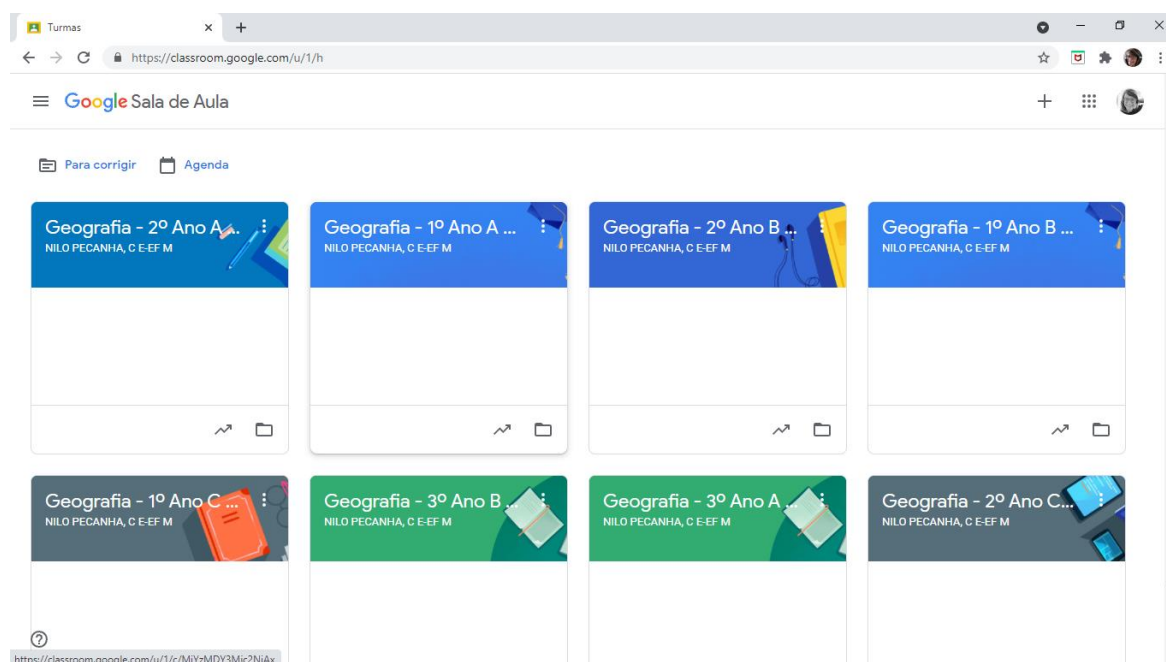


Figura 1 – Google sala de aula

Fonte: Plataforma Classroom da autora-Professora Cláudia.



A partir do ano de 2020, e durante o ano de 2021, a parceria entre a SEED/PR e o *Google*, permitiu que as aulas fossem ministradas por meio da plataforma digital do *Classroom* - Google Sala de Aula. Cada docente deveria logar na plataforma com seus e-mail's e tinham acesso a página inicial, onde cada turma estava separada na plataforma. A partir dessa página inicial, o docente pode se deslocar entre uma sala e outra a partir de alguns cliques. É importante dizer que tudo o que é postado na plataforma do Google sala de aula fica salvo no *Google drive*¹⁴. Ou seja, além de tudo, estamos fornecendo nossos dados, nossa voz, nossas aulas, nossas atividades para uma plataforma cujas políticas de proteção de dados não é bem esclarecida.

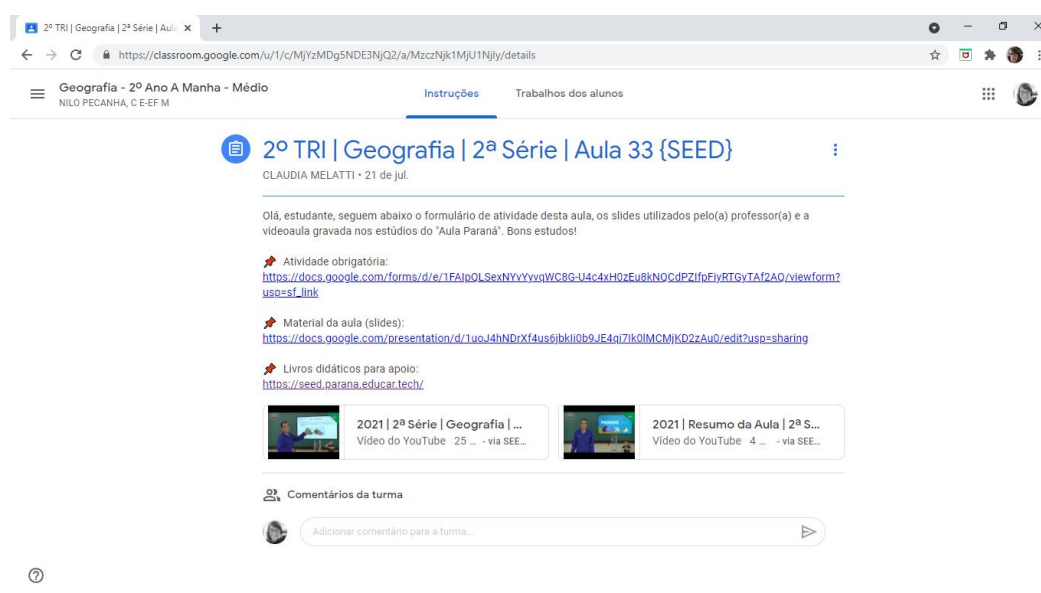


Figura 2 – Aula Paraná – disponibilizada no Google Sala de Aula
Fonte: Plataforma Classroom da autora-Professora Cláudia.

As aulas da SEED eram inseridas em grande quantidade nas turmas em que o professor atuava, dispondo do uso do seu nome e de sua imagem (fotografia). Fato que confundia muito o estudante por mesclar com as atividades em andamento já elaboradas pelo professor. Havia então duas forças atuantes, a inserção das aulas Paraná e as aulas do professor.

¹⁴*Google Drive* é um serviço de armazenamento baseado em nuvem e sincronização de arquivos. Os arquivos podem ser compartilhados com amigos e colaboradores através da conta do *Google*.



Exibir Aula(s)	Resumo do Planejamento	Lançamento em	Lançamento por	Alterar/Excluir
44	Recursos minerais do mundo Vídeoaula: https://rebrand.ly/2021ro3tr0658 Encaminhamentos Metodológicos / Slides: https://drive.google.com/file/d/1mvQB4b3aNHwzPGASmL0iP0aJhHCGHw/view?usp=sharing Exercícios: https://docs.google.com/document/d/1Dj9Co599DvwrMvTCHhCW70FljVZ4xV/edit?usp=sharing&oid=105958202730193316524&truf=true&sd=true Outros: https://www.youtube.com/watch?v=i9mowkcnh8A			
45	Recursos minerais do Brasil Vídeoaula: https://rebrand.ly/2021ro3tr0651 Encaminhamentos Metodológicos / Slides: https://drive.google.com/file/d/1_Bapc2RXN09vGKPN00B8dL6490X44Wn/view?usp=sharing Exercícios: https://docs.google.com/document/d/1j64j0F775Rn072b4DAwv-m0CaMVar/edit?usp=sharing&oid=105958202730193316524&truf=true&sd=true Outros: https://www.youtube.com/watch?v=kRvKw_OkHJdU			

Figura 3 – Planejamento das aulas

Fonte: Registro de Classe Online 2.0 – SEED/PR. Plataforma da autora-Professora Cláudia.

O planejamento contido no RCO 2.0 é consistido de aulas prontas e elaboradas pela SEED/PR. São elencadas por trimestre, apresentam numeração, temas, exercícios, videoaulas, sugestões de vídeos, encaminhamento metodológico, com materias para o professor conduzir a sua aula, ou, como podemos também nos referir, “aplicar” a aula. Isso porque nesse formato escolhido pela SEED/PR não nos parece uma tarefa difícil um outro profissional que não seja propriamente da disciplina de Geografia “aplicar” uma aula de Geografia neste formato.

Mesmo que haja possibilidade de alterar o planejamento disponibilizado, o professor em seu exercício de docência, vai aos poucos perdendo a autonomia frente aos materiais digitais que são inseridos na sua rotina em sala de aula. Considerando, também, que muitos docentes trabalham em mais de uma escola e com muitas horas, a exaustão causada pelo ERE facilita com que esse jogo de poder tenha forças desiguais: acaba por ser convidativo para alguns profissionais manter suas aulas com o material disponibilizado pelo Estado mesmo que este não tenha a mesma qualidade de uma aula pensada e planejada pelo Professor. Pensar, criar, planejar aulas necessita de tempo, estudo e dedicação e o que estamos vendo são os Professores submersos em demandas e tarefas, principalmente neste momento que estamos enfrentando coletivamente.



Quem ganha e quem perde com esse apostilamento que vem sendo crescente nesta educação de e para o mercado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento das aulas, incluindo as videoaulas, *slides* e atividades preparadas pelos gestores educacionais do Estado, prejudica a construção do pensar, do planejar as suas aulas como se a diversidade existente em uma sala de aula, seja ela física e virtual, não existisse. Giordani (2018, p. 126) ressalta que “é fundamental pensarmos na “virada docente” na qual (re)posicionamentos e experimentações são/serão fundamentais para a aposta na transformação social, para a mobilização escolar para a solidariedade, assim como para a diferença e a não padronização.”

Vivemos um momento em que a democracia, o Estado e a educação brasileira passam por grandes retrocessos e de desconstrução dos avanços que vinham sendo produzidos desde a redemocratização do país, por meio de uma agenda conservadora e neoliberal que se contrapõe à luta histórica dos educadores e entidades da área em prol da construção de um projeto educacional democrático e inclusivo pautado por políticas de Estado para a educação nacional para todos e todas. A pandemia não trouxe nada novo. O que emergiu com ela foi que, agora, coisas estão mais explícitas e aceleradas.

E é por meio da resistência que se garante a existência. Talvez, se conseguíssemos, além de articular entre os diversos setores da sociedade, permear as fissuras existentes e romper aos poucos com a engrenagem montada, poderíamos aos poucos retomar parte de nossa autonomia. Caso isso não aconteça, passamos a ter gradativamente nosso espaço de pensar, de auxiliar na formação do estudante, comprometidos. Sem autonomia não há garantia de emprego, da permanência da profissão professor. Se ancorar na desigualdade social dos brasileiros como maneira de acalantar os ditos governamentais na Educação, é um tanto perigoso, já que podemos presenciar a educação assistida para os pobres na Índia (BALL, 2020, p. 105).

A educação para um viés comercial, com um domínio ideológico e empresarial faz com que a educação se torne um campo de disputas no qual a autonomia do professor é atropelada em condições de trabalho, cuja produtividade é exigida em meio a técnicas e recursos tecnológicos em um consumismo que padroniza, não prioriza a emancipação humana e nem o protagonismo dos sujeitos em seu próprio viver.



REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian.; TANZI NETO, Adolfo.; TREVISANI, Fernando de M. (Orgs.). **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. _____. **Ensino híbrido: esclarecendo o conceito**. Inovação na educação. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://lilianbacich.com/2020/09/13/ensino-hibrido-esclarecendo-o-conceito/>. Acesso em: 28 set. 21.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.057%2C%20DE%2025,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf?fquery=supervis%5C%5Cu00e3o. Acesso em: 27 set. 2021.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-vers%C3%A3o-final-b-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.46, p. 235-254, jan./abr., 2011.

GIORDANI, Ana. Professora Ana Giordani. Entrevista concedida à Tatiana Ferreira. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 117-131, jul./dez. 2018.

MARTINS, Élvio Rodrigues. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP- Espaço e Tempo**. São Paulo, n.21, p. 33-51, 2007.



MILITÃO, S. C. N.; MIRALHA, Mayara Faria; SOARES, Mariana P. F.; PINTO, Elba; Sistemas apostilados de ensino: implantação e implicação sobre a autonomia docente. **Colloquium Humanarum**, vol. 9, n. Especial, jul–dez, 2012. Disponível em: <https://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Humanarum>. Acesso em: 28 set. 2021.

MOTTA, Vânia. C. da. **Ideologia do capital social**: atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

NASCIMENTO, Luciane da Silva; CRUZ, Andreia Gomes. Educação em tempos de pandemia e o fortalecimento da educação a distância no ensino superior: as oportunidades do lucrativo mercado educacional. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.258-276, abr. 2021.

SILVA, Amanda. DA UBERIZAÇÃO À YOUTUBERIZAÇÃO. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 9, p. 587-610, 11 dez. 2020.